

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO  
VALE DO ITAPECERICA.**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025  
PROCESSO Nº 002/2025**

**OBJETO:** Registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos entes consorciados. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades dos entes consorciados, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

**CTA CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 69.119.782/0001-89, com sede na Rua Dona Elisa Flaquer, nº 100 – Sala 702 – Centro – Santo André - SP, CEP 09020-160, com Inscrição Estadual isenta, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. **ANTÔNIO SÉRGIO LIPORONI**, portador da cédula de identidade RG nº 4.256.768-3, e sob CPF nº 277.867.498-53, residente e domiciliado Rua Dona Elisa Flaquer, nº 100 – Sala 702 – Centro – Santo André – SP, CEP 09020-160, vem respeitosamente, à vista do certame licitatório promovido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA, Pregão Eletrônico nº 001/2025, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no

§2º do art. 41 da lei 8666/93, art. 9 da Lei 10520/2002, pelos fundamentos aduzidos a seguir:

## **I - DA TEMPESTIVIDADE**

A presente Impugnação é tempestiva, interposta dentro do prazo do Edital de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no item 5.1.1 do Edital.

A presente Impugnação aponta questões pontuais que viciam o ato convocatório, por estarem em desacordo com o rito estabelecido na Lei 8666/1993 e lei federal 10520/2002, que restringem a competitividade, princípio essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

## **II – DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL**

Conforme reza o art. 30, II, da Lei 8666/93:

*“II-comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto de licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.”*

Pelo entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, em seu acórdão 1332/2006: “A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial tanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos

próprios da empresa, desenvolvidas a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnica-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço ou engenharia a ser licitado.”

Na redação do item 22, pág. 59, do Termo de Referência, verifica-se a falta das exigências da qualificação técnica-profissional, mesmo tal requisito sendo exigência de acordo com o Objeto desta licitação.

Portanto, o edital é falho na exigência de qualificação técnica-profissional adequada para execução da atividade pertinentes e compatíveis com objeto da licitação, deixando de cumprir com clareza a exigência legal, violando os princípios da legalidade (transparência), razoabilidade, e isonomia do processo licitatório que regem o processo licitatório.

### **III - DA PROVA DE CONCEITO**

Assim, considerada tal questão preliminar, passemos a análise do disposto junto ao edital, em especial as diretrizes de seu procedimento de avaliação que se encontra desconforme à legislação vigente e traduzida principalmente nos seguintes itens do Termo de Referência:

#### **22.6 DA PROVA DE CONCEITO**

Será realizada prova de conceito nos seguintes termos:

22.6.1 Encerrada a etapa de negociação e análise da documentação de Habilitação, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para que apresente amostra do sistema, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e no prazo de 3 (três) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação do licitante, devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

Veja-se o que é objeto de questionamento via medida impugnatória não é apenas o fato de ser aplicado um procedimento de Prova de Conceito para atendimento ao item que compõem menos de 10% do objeto do edital e se reafirma com base em toda a jurisprudência e principalmente entendimentos do TCU e TCE-SP, que o procedimento descrito no edital está totalmente maculado e eivado de vícios, onde a sua correção passa por uma mudança na estrutura do próprio texto do corpo editalício.

A Administração Pública tem a discricionariedade para definir as condições da contratação, o momento de realizá-la, os recursos que pretendem contratar, as especificações do objeto entre outros. No entanto, deve ater-se as disposições do Estatuto das Licitações, para estabelecer um edital com cláusulas objetivas e claras, e somente assim a licitação alcançará seu principal escopo, a contratação da proposta mais vantajosa.

Porém a exigência do Item 22.6 do Termo de Referência, em seu bojo trazem exigências manifestamente ilegais, uma vez que restringem a competitividade do certame, sendo certo que um número reduzido de interessados conseguirá atender, em total afronta aos Princípios da Legalidade, da Isonomia, da Competitividade e do Interesse Público.

E a jurisprudência do TCE-SP é clara nesse sentido, vejamos julgado recente que determinou a suspensão de Pregão em caso análogo ao vosso:

*Processo TC 21224.989.20-2*

*“Na hipótese, oportuno que a Administração justifique todas as questões impugnadas, das quais destaque, a princípio, a exigência de atendimento de 85% de todos os requisitos técnicos relacionados no Termo de Referência por ocasião da demonstração do sistema, em desconformidade com a jurisprudência da Corte, que entende pertinente a apresentação apenas dos requisitos mínimos necessários à prova da funcionalidade do sistema, a fim de promover a participação de maior número de interessados.”*

Veja, o TCE já manifestou ser ilegal por restringir a competitividade do certame a exigência de 85% de funcionalidades no procedimento de POC, ao qual vosso município está exigindo que seja demonstrado 100% de Todos os Requisitos Técnicos e sem dar a possibilidade de correção em caso de não aprovação dos requisitos obrigatórios!

A prova de conceito, também conhecida como procedimento de apresentação de amostras, deve seguir rito que é determinado pela lei de licitações e que possui jurisprudência pacificada no Tribunal de Contas da União. Além do que, em um procedimento de avaliação de amostra ou prova de conceito como citado no pregão deveria ter cláusulas que indicassem sobre o julgamento objetivo a possibilidade do licitante demonstrar em acordo com sua interpretação, tendo em vista que alguns itens podem ser interpretativos por técnicos da CONTRATANTE, devendo, portanto, o licitante ter o direito a discordar ou reapresentar itens por ventura indicados como desconforme pelos técnicos da CONTRATANTE.

Importante que esta Administração observe que a condição de prova de conceito é completamente diferente do conceito de diligência, pois a diligência é facultada a decisão motivada do pregoeiro para instruir o processo licitatório, mas já a prova de conceito, se explicitada no edital, torna-se condição que o licitante melhor classificado deve ser submetido com base em critérios de julgamento OBJETIVO, para comprovar a sua capacidade em fornecer os serviços prestados, devendo ter a possibilidade de em um determinado prazo fazer a reapresentação de um possível item em desacordo.

São as disposições do TCU a este respeito, o que corroboram com as afirmações anteriores:

*Faça constar dos editais, detalhadamente, os critérios de avaliação, as atividades de aferição de compatibilidade,*

*assim como os planos, casos e relatórios de teste, quando se tratar de objeto cuja aceitação esteja sujeita a esses procedimentos, viabilizando, sempre que demandado por licitantes, a inspeção às amostras apresentadas, a fim de que os interessados verifiquem a compatibilidade com as exigências contidas no edital, garantindo a eficácia ao princípio da publicidade, em atenção ao disposto no arts. 3º, “caput” e 40, incisos VII e XVI, da Lei nº 8.666/1993. Passe a observar os procedimentos relativos ao planejamento da contratação nas licitações, especialmente ao escopo e registro dos estudos técnicos preliminares, em atenção ao art. 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/1993 e aos arts. 8º a 18º da Instrução Normativa nº 4/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP). Acórdão 1512/2009 Plenário (grifou-se).*

Vê-se, portanto, que as exigências da Prova de Conceito contida no Termo de Referência além de estar incompleta, ainda reduz gravemente o número de participantes do procedimento licitatório, trazem insegurança a contratação além de afrontarem entendimento já fundamentado no Egrégio Tribunal da União. Desta forma, constatou-se que tais condições são ilegais e restritivas, pois, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 30, inciso II, §§ 1º e 5º, permite a exigência de atestados de capacidade técnica, sendo proibidas as exigências que inibam o caráter competitivo da licitação. Eis os termos da Lei Geral de Licitações:

*VEJA, UM, APENAS 1 (UM) ITEM ONDE OS TÉCNICOS DA PREFEITURA ENTENDEREM QUE A SOLUÇÃO NÃO ATENDEU A EXPECTATIVA DENTRO DA SUA ÓPTICA EM RELAÇÃO AOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS SERÁ SUFICIENTE PARA ELIMINAR, OU SEJA, DESCLASSIFICAR DO CERTAME UMA*



*EMPRESA QUE TENHA PLENA CAPACIDADE DE ATENDER O OBJETO DA LICITAÇÃO, SENDO QUE ESTA NÃO PODE DURANTE O PROCEDIMENTO DE PROVA DE CONCEITO, SE QUER ARGUMENTAR OU APRESENTAR O SEU PONTO DE VISTA DURANTE A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DENOMINADO POC, PORTANTO RESTA CLARO QUE ARBITRARIEDADES PODERÃO OCORRER, SENDO QUE O TEMPO PARA A MANIFESTAÇÃO DE UM RECURSO POSTERIOR NÃO SERÁ EFETIVO VISTO QUE A INTERPRETAÇÃO DE DETERMINADA FUNCIONALIDADE SISTÊMICA PASSA POR ANÁLISE SUBJETIVA E NÃO OBJETIVA, TENDO EM VISTA QUE NÃO SE TRATA UM ROTEIRO CLARO DO QUE DEVE SER APRESENTADO/DEMONSTRADO PARA CUMPRIR COM A EXIGÊNCIA DE CADA UM DOS ITENS PROPOSTOS NA PROVA DE CONCEITO.*

A ampliação dos conceitos legais, ao livre-arbítrio do administrador, implica necessariamente em configuração de ilegalidade expressa, não passível de convalidação administrativa, e que infringe diretamente o atendimento do interesse público primário, pois, restringe sem fundamento legal a participação escoreita de empresas que atenderiam aos anseios públicos ali buscados, através do oferecimento de seus serviços de modo até mesmo mais eficiente e mais econômico.

A Administração contratante encontra-se vinculada ao Princípio da legalidade e diante disso somente poderá vir a atuar em conformidade à legislação. As disposições editalícias, tais como ora expostas, contrariam a legislação e restringem de forma irregular a participação de um maior número de empresas neste certame.

Com efeito, o procedimento licitatório enquanto ato administrativo vinculado que o é, deve obrigatoriamente obedecer à legislação, não competindo ao agente que o realiza admitir, por livre escolha, condição discricionária e que, enquanto tal, atenderia apenas e ao menos em tese, aos critérios de conveniência e oportunidade da pessoa que o exerce. Tal atitude por certo, infringe também outro princípio ao qual a administração se encontra vinculada, qual seja, o da impessoalidade.

Ante ao exposto, vimos através do presente instrumento, impugnar o edital em epígrafe, solicitando a exclusão das exigências contidas de maneira equivocada e ilegal de forma a garantir-lhes a subsunção aos ditames legais vigentes.

Acreditamos, pois, que a atividade administrativa deve priorizar um compromisso com a causa pública, servindo aos administrados da forma mais responsável, íntegra, leal e eficiente possível.

Vê-se, portanto, que o Procedimento de POC, além de estar incompleta, ainda reduz gravemente o número de participantes do procedimento licitatório, trazem insegurança a contratação além de afrontarem entendimento já fundamentado no Egrégio Tribunal da União. Desta forma, constatou-se que tais condições são ilegais e restritivas, pois, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 30, inciso II, §§ 1º e 5º, permite a exigência de atestados de capacidade técnica, sendo proibidas as exigências que inibam o caráter competitivo da licitação. Eis os termos da Lei Geral de Licitações:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto*



*da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.*

§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

*§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.*  
(g.n)

Portanto, está fulgente que O EDITAL ESTÁ EIVADO DE VÍCIO DE ILEGALIDADE, uma vez, que FRUSTRA e RESTRINGE a COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO. Sendo assim, toda regra que objetiva restringir ou frustrar o campo de alcance da competição não pode prevalecer, sob pena de violação dos Princípios do Processo Licitatório. Todavia, as divergências ora lançadas merecem ser sanadas por esta Administração, para que imperem o respeito aos ditames legais, pois essa não é a conduta imposta pela Lei nº. 8.666/93, que determina ser o escopo da Administração Pública buscar a proposta que lhe é mais vantajosa.

A licitação deve buscar a ampla competitividade, conforme inciso XXI do art. 37 da CF/88. A lei permite mitigação nos casos em que o formalismo

exacerbado prejudica a proposta mais vantajosa, esta Administração deve seguir os procedimentos recentes que estão sendo utilizados por órgãos de todas as esferas em pregões eletrônicos que visam a celeridade de suas contratações, eximindo-se de criar procedimentos que não trazem vantajosidade a disputa.

Agindo assim, a Administração deve buscar a certeza de que o exercício da atividade administrativa se adequará harmonicamente ao direito, à justiça e aos ditames sociais, respeitando em sua totalidade, os princípios norteadores da atividade administrativa, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

#### **IV - DO PEDIDO**

Requer-se, assim, com fundamento fático e legal amplamente explicitado acima que essa Administração decida:

- Pelo recebimento do presente instrumento, garantindo-lhe o seu recebimento no duplo efeito legal, quais sejam o devolutivo e o suspensivo de modo a não ferir interesses quer da recorrente interessa da, quer da própria Administração Pública local;
- Julgamento do mesmo dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas conforme estabelecido pela própria Administração, sob pena de em não o fazendo infringir o disposto pelo art. 41, caput, da lei federal de licitações e contratos;
- Exclusão ou adequação do procedimento de PROVA DE CONCEITO a ser exigido, para que contenha entre outros: regras objetivas de avaliação, regras de classificação, regras de acompanhamento (transparência), regras que protejam o licitante de injustiça, regras

que permitam a correção ou cumprimento de 50% das exigências ao invés de 75%, regras procedimentais, explicação item a item de quais critérios serão utilizados para declarar um eventual item como “atendido” ou “não atendido”, evitando assim erros de interpretação dos licitantes sobre as funcionalidades requeridas e que conste do Texto do Edital como condição habilitatória e outras condições exigidas pelo TCU e que estão amplamente detalhadas e explicadas nesta peça.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Santo André/SP, 13 de maio de 2025.

**CTA CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA LTDA**  
**CNPJ: 69.119.782/0001-89**  
**ANTÔNIO SÉRGIO LIPORONI**